



MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR  
CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRATAÇÃO\_CAB\_COMP

Registro 6856  
Proc. 300.10.005/818

**AJUSTE DIRETO 32/2025 - CADERNO DE ENCARGOS**

**Índice**

DISPOSIÇÕES GERAIS .....	2
Cláusula 1 OBJETO .....	2
Cláusula 2 PREÇO BASE .....	2
Cláusula 3 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS .....	2
Cláusula 4 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	3
Cláusula 5 ANÁLISE DE PROPOSTA:.....	3
Cláusula 6 PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA .....	3
Cláusula 7 OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS .....	3
Cláusula 8 PROTEÇÃO DE DADOS .....	3
Cláusula 9 PREÇO CONTRATUAL.....	4
Cláusula 10 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	4
Cláusula 11 INCUMPRIMENTO DO CONTRATO .....	4
Cláusula 12 FORO COMPETENTE .....	4
Cláusula 13 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	4
DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Cláusula 14 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 1 OBJETO**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objetivo principal a aquisição de Marmita Industrial para o refeitório do Centro Escolar Rui Nabeiro, conforme consta do caderno de encargos em anexo.

### **Cláusula 2 PREÇO BASE**

1. O preço base do presente procedimento é de **7.944,20 €** (sete mil novecentos e quarenta e quatro euros e vinte cêntimos), sendo este o preço máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
  - a) Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
  - b) Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
  - c) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
2. O preço base do procedimento tem como fundamento a consulta preliminar efetuada ao mercado.

### **Cláusula 3 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número 1 do artigo 50.º do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, sob pena das consequências previstas nos números 3 e 4 do artigo 378.º.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
  - a. O órgão competente para a decisão de contratar, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 3, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender -se ao disposto no artigo 64.º.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Cláusula 4 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

O concorrente mantém a proposta apresentada pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

#### **Cláusula 5 ANÁLISE DE PROPOSTA:**

Considera-se excluída a proposta que se encontre numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 6 PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA**

O prazo de execução será de 30 dias após a emissão de requisição com o número sequencial de compromisso e entregue no Centro Escolar Rui Nabeiro em Campo Maior.

#### **Cláusula 7 OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário como obrigação principal, a execução dos serviços/bens constantes da Cláusula 1.ª deste caderno de encargos, bem como das suas especificações técnicas.

#### **Cláusula 8 PROTEÇÃO DE DADOS**

1. O adjudicatário obriga-se a aplicar o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
2. O adjudicatário obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade do Município de Campo Maior ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
3. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. O adjudicatário obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços do Município de Campo Maior a que tenha acesso na execução do contrato.

5. O adjudicatário garante que terceiros que envolva na execução dos serviços, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores, com especial enfoque na aplicação do RGPD.

#### **Cláusula 9 PREÇO CONTRATUAL**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao adjudicante.

#### **Cláusula 10 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. As faturas serão pagas, no prazo de 60 dias após a receção pelo adjudicante das mesmas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A fatura emitida deverá estar de acordo com o estipulado no artigo 36.º do CIVA.

#### **Cláusula 11 INCUMPRIMENTO DO CONTRATO**

O incumprimento do contrato, tanto por facto imputável ao cocontratante ou à entidade adjudicante, rege-se nos termos do artigo 325.º e seguintes do CCP.

#### **Cláusula 12 FORO COMPETENTE**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 13 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regido pela lei portuguesa, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

1.	<b>Identificação do contrato:</b> Aquisição de Marmita Industrial para o Refeitório do Centro Escolar Rui Nabeiro		
2.	<b>Valor base:</b> 7 944,20€ + IVA		<b>Duração do contrato:</b> NA
3.	<b>Prazo de execução:</b> Após receção da Requisição Externa		<b>Visitas ao local:</b> Visita técnica prévia para análise e informação técnica de possível reparação da Marmita existente
4.	<b>Local de execução:</b> Refeitório do Centro escolar Rui Nabeiro do agrupamento de escolas de Campo Maior		
5.	<b>Execução Financeira:</b> Pagamento até 30 dias após receção da fatura		
6.	<b>Financiamento:</b> NA		
7	Descrição do material/serviço	Quantidade	Unidade de medida
7.1	Marmita Industrial	1	UND
7.2	Dimensões (LPA) 800x900x850/925 mm		
7.3	Potência 21 kW		
7.4	Dimensões da cuba Ø 600x540 mm		
7.5	Consumo gás (G20) 2.504 m3/h		
7.6	Consumo gás (G30/31) 1893 / 1865 g/h		
7.7	Peso 148 kg		

No caso de existir alguma marca comercial, patente, tipo, origem ou outras referências, as mesmas apenas servem para identificar o pretendido, podendo ser apresentado material/equipamento equivalente.

**Em caso de Bens ou Materiais**

8	<b>Especificações Técnicas - Aquisição de Bens</b>
8.1	<b>Pretende-se adquirir os seguintes bens (definir as características exigidas, funcionalidades e qualquer outra informação relevante, nos termos previstos no artigo 49.º do CCP)</b>
	Estrutura em aço inoxidável e fundo da cuba em aço inoxidável anti corrosivo AISI 316. Torneira de saída em latão cromado com filtro removível. Torneira para enchimento de água fria e quente com distribuidor articulado. Queimador em aço inoxidável com chama auto-estabilizadora, controlado por válvula com sistema de segurança que interrompe a passagem de gás em caso de extinção de chama. Queimador com chama piloto e isqueiro. Câmara de aquecimento isolada em lã de vidro de alta densidade. Controlo do nível de água e temperatura na câmara de aquecimento através da torneira e termómetro no painel frontal. Válvula de segurança de 0.5 bar, equipada com manómetro.
8.2	<b>O fornecedor deve assegurar os seguintes requisitos técnicos:</b>
	Apresentação da ficha técnica do produto
	Revisões trimestrais ao equipamento

Campo Maior, 8 de abril de 2025

Por delegação de competências – despacho, datado de 15/10/2021

O Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

\_\_\_\_\_

(Dr. Carlos Manuel Cascalheira Rodrigues)